

Governo vai criar os "distritos sanitários"

A distritalização da saúde — que na prática significa vinculação geográfica e personalizada a "distritos sanitários" — será aprovada e anunciada oficialmente nesta terça-feira, através de portaria dos ministros da Previdência Social, Saúde e Educação, durante inauguração do Seminário Nacional de Avaliação das Ações Integradas de Saúde. (AIS). Esses distritos ficarão próximos à moradia ou local de trabalho de grupos de 30 a 50 mil pessoas nos quais serão cadastradas e deverão ter suas necessidades básicas de saúde e assistência médica atendidas com prioridade e de forma individualizada.

A implantação dos "distritos sanitários" — uma gestão colegiada da qual participarão postos e hospitais do Inamps, estados, municípios e os Ministérios da Saúde e da Educação — faz parte do grande plano de reforma sanitária brasileira, cujo esboço começará a ser debatido neste seminário, do qual participarão todos os secretários estaduais de saúde, superintendentes regionais do Inamps, delegados federais de saúde, representantes do Mec, das prefeituras, dos partidos políticos, das entidades nacionais de trabalhadores, ações comunitárias e de moradores e entidades filantrópicas.

"Estratégia de Mudanças na Saúde e na Assistência Médica; Bases para a Reforma Sanitária Brasileira" é o título do documento que será apresentado neste seminário pelos três ministros. O ponto de partida para sua efetivação já foi dado através das AIS e prosseguirá agora com a criação dos "distritos sanitários", que ao vincular um grupo de pessoas a um grupo de médicos e serviços de saúde pretende

também dar início ao controle social destes serviços pela população.

Esta nova modalidade de atendimento começará pelo Distrito Federal, onde o convênio será assinado no início de setembro. Serão selecionados 50 municípios em todo o País abrangidos pela AIS, como Campinas (SP), e dotados de infra-estrutura de serviços públicos de saúde indispensáveis à implantação dos "distritos sanitários. Toda a rede do setor estará envolvida no projeto, que prevê o atendimento personalizado da população por um grupo determinado de médicos e profissionais de saúde com dedicação exclusiva e tempo integral de trabalho, indispensável para haver uma relação entre médico-paciente, como acontece nos consultórios particulares.

Nestes núcleos, a população devidamente referenciada receberá atendimento ambulatorial e outros cuidados à saúde como vacinação, controle das doenças endêmicas e epidêmicas, pré-natal, suplementação alimentar e outros, estando também referendados a determinados hospitais previamente engajados no projeto. O presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, um dos autores do plano de reforma sanitária, lembrou que os serviços assistenciais e particularmente o atendimento médico necessitam ser referidos a uma população concreta, que mora e trabalha num espaço definido. Ele também acha indispensável que os usuários do sistema de saúde e os profissionais do ramo fiquem próximos, para haver um melhor relacionamento entre ambos, indispensável para a melhoria do padrão de assistência à população.